

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.366.333 - SC (2018/0242761-0)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : M.J.M E CIA LTDA
ADVOGADOS : ÊNIO EXPEDITO FRANZONI - SC006036
ELIZABETH CÁSSIA MASSOCCO E OUTRO(S) - SC004856
AGRAVADO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : ÁLVARO SÉRGIO WEILER JUNIOR - RS036652

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por M.J.M E CIA LTDA, contra decisão que negou seguimento ao recurso especial, fundado nas alíneas *a* e *c* do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, em desafio a acórdão prolatado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (e-STJ, fl. 1.062):

ADMINISTRATIVO. CIVIL. PROCESSUAL CONTRATOS BANCÁRIOS. EMBARGOS À EXECUÇÃO. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. UTILIZAÇÃO DA VARIAÇÃO DA CDI. POSSIBILIDADE.

A utilização da variação da CDI na composição da comissão de permanência é um critério livremente pactuado que revela as flutuações do mercado financeiro, não se verificando a onerosidade excessiva do encargo quando não incluída a taxa de rentabilidade.

Não foram opostos embargos de declaração.

Nas razões do especial (e-STJ, fls. 1071-1077), a parte recorrente sustentou, além de divergência jurisprudencial, violação ao art. 122 do Código Civil e à Súmula 294 do STJ, defendendo a necessidade de reforma do acórdão no tocante à limitação da taxa de comissão de permanência.

Contrarrazões apresentadas às fls. 1082-1086 (e-STJ).

Em sede de juízo provisório de admissibilidade, o Tribunal local negou seguimento ao recurso especial, o que ensejou o manejo do presente agravo, buscando destrancar o processamento daquela insurgência.

Sem contraminuta.

É o relatório.

Decido.

O presente recurso não deve ser conhecido.

1. Com efeito, à luz do princípio da dialeticidade, que norteia os recursos, deve a parte recorrente impugnar especificamente os fundamentos suficientes para manter o *decisum* hostilizado, de maneira a demonstrar que o julgamento proferido merece ser modificado, ou seja, não basta que faça alegações genéricas em sentido contrário às afirmações do julgado contra o qual se insurge, deve especificamente infirmar a fundamentação utilizada.

No caso, o recurso especial não foi admitido nos seguintes termos (e-STJ, fl. 1089-1091):

A pretensão não merece trânsito no que tange à **alegada ofensa ao artigo indicado, na medida em que a respectiva matéria não foi devidamente**

prequestionada no acórdão em debate.

Sobre o tema, o STJ firmou o seguinte entendimento:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO.

AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS N. 282 E 356, DO STF E N. 211 DO STJ. FUNDAMENTO INATACADO. súmula N. 283 DO STF. I. As questões federais não enfrentadas pelo Tribunal estadual, a despeito da oposição dos embargos de declaração, recebem o óbice das Súmulas nºs 282 e 356 do STF e 211 do STJ, não podendo, por falta de prequestionamento, ser debatidas no âmbito do recurso especial. II. "É inadmissível recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles" (Súmula 283/STF). III. Agravo regimental desprovido. (STJ, Quarta Turma, AgRg no Ag 1113439, Min. Rel. Aldir Passarinho Junior, public. no DJe de 24/05/2010).

Logo, **ausente o prequestionamento** para a admissão do recurso especial, aplicáveis, à espécie, as **Súmulas 282 e 356 do STF bem como a 211 do STJ.**

Ainda, a presente súplica excepcional não merece prosperar em relação ao enunciado 294 do STJ, **porquanto é incabível apreciação de suposta violação a Súmulas dos Tribunais, em sede de recurso especial**, uma vez que tais Enunciados não se enquadram no conceito de lei federal a que se refere a alínea "a" do permissivo constitucional autorizador, que dispõe: "contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência".

Assim, incide, na espécie, **o óbice da Súmula 518** a qual estipula: Para fins do art. 105, III, 'a', da Constituição Federal, não é cabível recurso especial fundado em alegada violação de enunciado de súmula.

(...)

E mais, nos termos delineados, o apelo nobre encontra a via recursal interdita também por força das **Súmulas 5 e 7 do STJ, 283 e 284 do STF.**

Em suas razões de agravo, a parte agravante limitou-se a atacar as Súmulas 211 e 518 do STJ e 282 e 356 do STF, deixando de impugnar especificamente as Súmulas 5 e 7 do STJ e 283 e 284 do STF.

Tal conduta contraria a previsão dos arts. 932, III, do CPC/15 e 253, parágrafo único, I, do RISTJ:

Art. 932. Incumbe ao relator:

III - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida;

(...)

Art. 253. O agravo interposto de decisão que não admitiu o recurso especial obedecerá, no Tribunal de origem, às normas da legislação processual vigente.

Parágrafo único. Distribuído o agravo e ouvido, se necessário, o Ministério

Público no prazo de cinco dias, o relator poderá:

I - não conhecer do agravo inadmissível, prejudicado ou daquele que não tenha impugnado **especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida**;

Logo, uma vez que o objeto do agravo é diverso do pretendido do recurso especial, a falta de ataque específico a fundamentos da decisão agravada encontra óbice no art. 932, III, do NCPC (art. 544, § 4º, I, CPC/73), não sendo suficiente para o seu conhecimento a simples reiteração dos fundamentos trazidos no especial.

Assim, inafastável a incidência da Súmula 182 do STJ: *"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."*

Nesse sentido, os recentes julgados da Corte Especial deste Tribunal: EAREsp n.701404 / SC, EAREsp n. 746775 / PR e EAREsp n. 831326 / SP

A propósito:

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CPC/2015. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. ARTS. 932, INCISO III, E 1.021, § 1º, DO CPC/2015. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE RECURSAL. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. APLICAÇÃO DE MULTA.

1. Positivação do princípio da dialeticidade no sistema recursal brasileiro, conforme se depreende do art. 932, inciso III, do CPC/2015.

2. Inadmissibilidade do agravo interno cujas razões não se mostram suficientes para impugnar especificamente os fundamentos da decisão agravada (cf. art. 1.021, § 1º, do CPC/2015).

(...)

4. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO, COM APLICAÇÃO DE MULTA.

(AgInt no REsp 1387697/PR, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/08/2016, DJe 16/08/2016)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE C/C REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS, MATERIAIS E LUCROS CESSANTES - DECISÃO MONOCRÁTICA DA LAVRA DO EMINENTE PRESIDENTE DO STJ QUE NÃO CONHECEU DO RECLAMO EM VIRTUDE DA INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DO ENUNCIADO N. 182 DA SÚMULA DESTES STJ.

IRRESIGNAÇÃO DA RÉ.

1. É cediço que a ausência de impugnação específica aos fundamentos da decisão que nega seguimento ao recurso especial atrai a incidência do art. 932, III, do CPC/2015 (revogado art. 544, § 4º, I, do CPC/1973), e a aplicação, por analogia, do Enunciado n. 182 da Súmula do STJ. Precedentes.

(...)

(AgInt no AREsp 872.552/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 02/08/2016, DJe 17/08/2016)

2. Do exposto, com fundamento no art. 932 do Novo Código de Processo

Civil c/c Súmula 182/STJ, **não conheço** do agravo em recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

